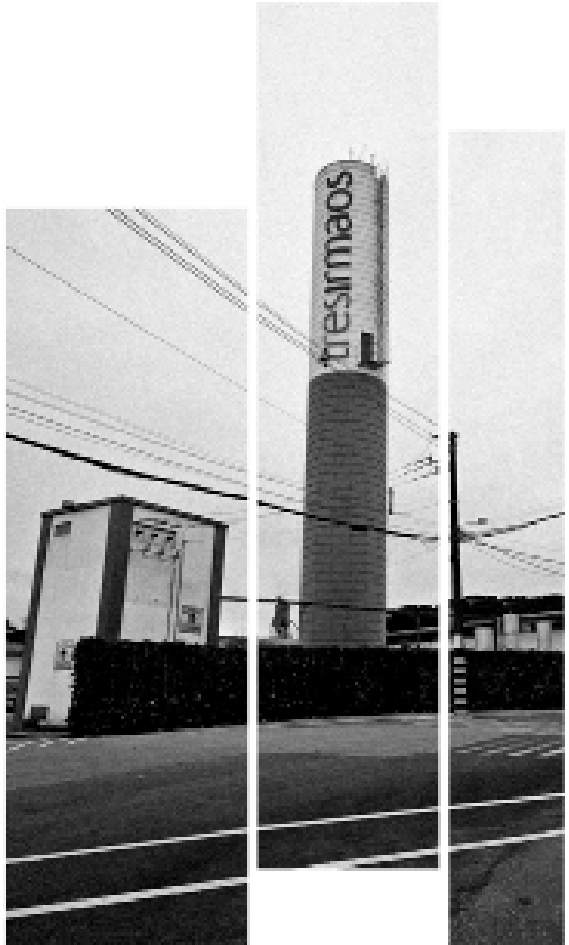
RECUPERE

Instituto de Recuperação Judicial e Falências

Relatório Mensal de Atividades

ART. 22, II, “C” DA LEI 11.101 DE 2005



Recuperação Judicial da Indústria de Móveis 3 Irmãos Sociedade Anônima

Processo n.: 5000023-19.2024.8.24.0536

Órgão Julgador: Juízo da Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul

Joinville, 15 de abril de 2026.

Sumário

01. **Introdução** pg 04

02. **Cronograma Processual** pg 05

03. **Operação** pg 07
- Atividade Empresarial pg 07
- Estrutura Societária pg 08

04. **Funcionários** pg 09
- Evolução do Quadro Consolidado pg 09
- Comportamento em Campo Alegre/SC pg 10
- Comportamento em Caçador/SC pg 11
- Aprendizes e Afastados pg 12
- Leitura Econômica e Operacional pg 13

05. **Estoque** pg 14
- Visão Econômica do Estoque pg 14
- Perfil por Unidade pg 14
- Impacto Financeiro e Capital de Giro pg 15
- Diretrizes de Gestão pg 16

06. **Produção** pg 17
- Campo Alegre/SC (perfil econômico e estrutural) pg 17
- Caçador/SC (mudança de configuração produtiva) pg 17
- Comparação Econômica Entre as Unidades pg 19
- Dimensão Financeira da Produção pg 20

07. **Faturamento** pg 21
- Nível e Perfil do Faturamento pg 21
- Comportamento Mensal Recente pg 21
- Dimensão Cambial e Exposição Externa pg 23
- Mercado Externo x Mercado Interno pg 23

Sumário

08. Visão Geral do Ativos pg 25

Estrutura Econômica do Ativo em Fevereiro de 2026 pg 25

Composição Detalhada do Ativo Circulante pg 25

Ativo não Circulante e Intensidade de Capital pg 27

Leitura Financeira e de Risco sobre o Ativo pg 28

09. Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido pg 29

Estrutura do Passivo em Fevereiro de 2026 pg 29

Situação do Patrimônio Líquido pg 30

Leitura Econômica Integrada do Balanço pg 31

Análise Geral do DRE pg 31

10. Passivo Tributário pg 34

Situação Estadual de Regularidade pg 34

Detalhamento dos principais passivos tributários pg 35

Impacto Mensal no Fluxo de Caixa e Leitura Econômica pg 37

11. Passivo Extraconcursal pg 39

Composição por Moeda pg 39

Composição por Natureza do Crédito pg 39

Principais Credores pg 40

Vencimentos e Risco de Liquidez pg 41

Diagnóstico Operacional e Riscos pg 42

12. Débitos Fiscais Federais pg 43

Situação Cadastral e Certidão pg 43

Processos fiscais na Receita Federal (SIEF) pg 43

Parcelamentos na Receita Federal (SIEFPAR) pg 44

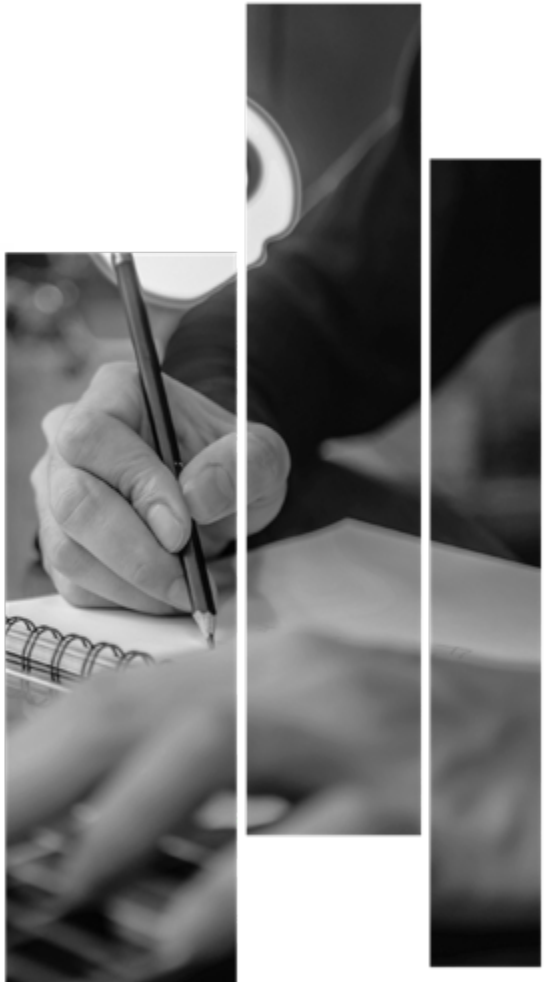
Inscrições em Dívida Ativa da União (PGFN) pg 45

Leitura Financeira e Econômica Integrada pg 45

13. Visita Técnica 26/03/26 pg 47

14. Considerações Finais pg 48

01 Introdução



Em cumprimento ao disposto no art. 22, II, “c” da Lei 11.101/2005, o presente Relatório Mensal de Atividades (RMA) reúne as informações operacionais, financeiras, econômicas da recuperanda INDÚSTRIA DE MÓVEIS 3 IRMÃOS SOCIEDADE ANÔNIMA relativo ao mês de fevereiro de 2026.

O presente RMA foi elaborado com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda, mediante análise técnica contábil limitada às informações disponibilizadas, além da **recente visita técnica ocorrida no dia 06/10/2025 nas dependências matriz da empresa,** de modo que no presente relatório estão registradas as principais informações processuais e financeiras da Recuperanda, analisadas pela administradora judicial.

Na oportunidade, a administradora judicial, Recupere – Instituto de Recuperação Judicial e Falências reitera a disponibilidade para prestação de esclarecimentos a qualquer interessado, ratificando atuação transparente, compromissada e ética, direcionada à preservação da empresa, com adequado atendimento aos direitos dos credores.

Informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Administração Judicial, por intermédio do e-mail recuperemoveistresirmaos@gmail.com ou no site www.recupereadmjudicial.com.br.

02 Cronograma Processual

Evento 85
27/09/2024
Pedido de conversão da RJ extrajudicial para RJ judicial (art. 51)

Evento 104
08/10/2024
Deferimento da recuperação judicial art. 52))

Evento 124
04/11/2024
Publicação edital (§ 1º, art. 52)

Evento 151
22/11/2024
Fim do prazo para habilitações e divergências (§ 1º, art. 7º)

Evento 186
19/12/2024
Plano de recuperação judicial

Evento 219
20/02/2025
Juntada da AJ, do relatório de fase administrativa de créditos e relação de credores (§ 2º, art. 7º)

Evento 221
24/02/2025
Publicação edital (§ 2º, art. 7º)

À vista da Decisão Interlocutória do Evento 104 (25/10/2024), que deferiu o processamento da recuperação judicial, e da Decisão Interlocutória do Evento 247 (21/03/2025), que prorrogou o stay period, nos termos do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101 de 2005, o prazo de 180 dias encerrou-se em 20/10/2025.

Cronograma Processual

Evento 236
11/03/2025
Fim do prazo para impugnações (art. 8º)

Evento 260
01/04/2025
Fim do prazo para objeções ao plano (art. 55)

Evento 272
28/04/2025
Publicação edital de convocação de assembleia geral de credores (art. art. 36)

Evento 292
20/05/2025
Fim do prazo do edital de convocação da AGC

Evento 307
Assembleia Geral de Credores em 18/09/2025
Votação do PRJ concluída (rejeição na classe II)

Evento 424
27/10/2025
Decisão que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial

Evento 436
31/10/2025
Edital n. 310085373196 – Homologação do plano e concessão da recuperação judicial (prazo do edital finalizou em 19/11/2025).

Etapa Atual
Em fase de consolidação do Quadro-Geral de Credores (art. 18)
Período de fiscalização do plano de recuperação judicial (art. 61)

À vista da Decisão Interlocutória do Evento 104 (25/10/2024), que deferiu o processamento da recuperação judicial, e da Decisão Interlocutória do Evento 247 (21/03/2025), que prorrogou o stay period, nos termos do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101 de 2005, o prazo de 180 dias encerrou-se em 20/10/2025.

03 Operação

Atividade empresarial

A Recuperanda Indústria de Móveis Três Irmãos, tem por objeto a industrialização e montagem de móveis, iniciou suas atividades em 1971 com uma pequena marcenaria familiar, na cidade de Campo Alegre/SC, que logo com sua expansão passou a produzir móveis de madeira maciça para o mercado nacional e em 1990, voltou suas atividades comerciais para o mercado europeu e norte-americano, consolidando-se como uma empresa dedicada à exportação.

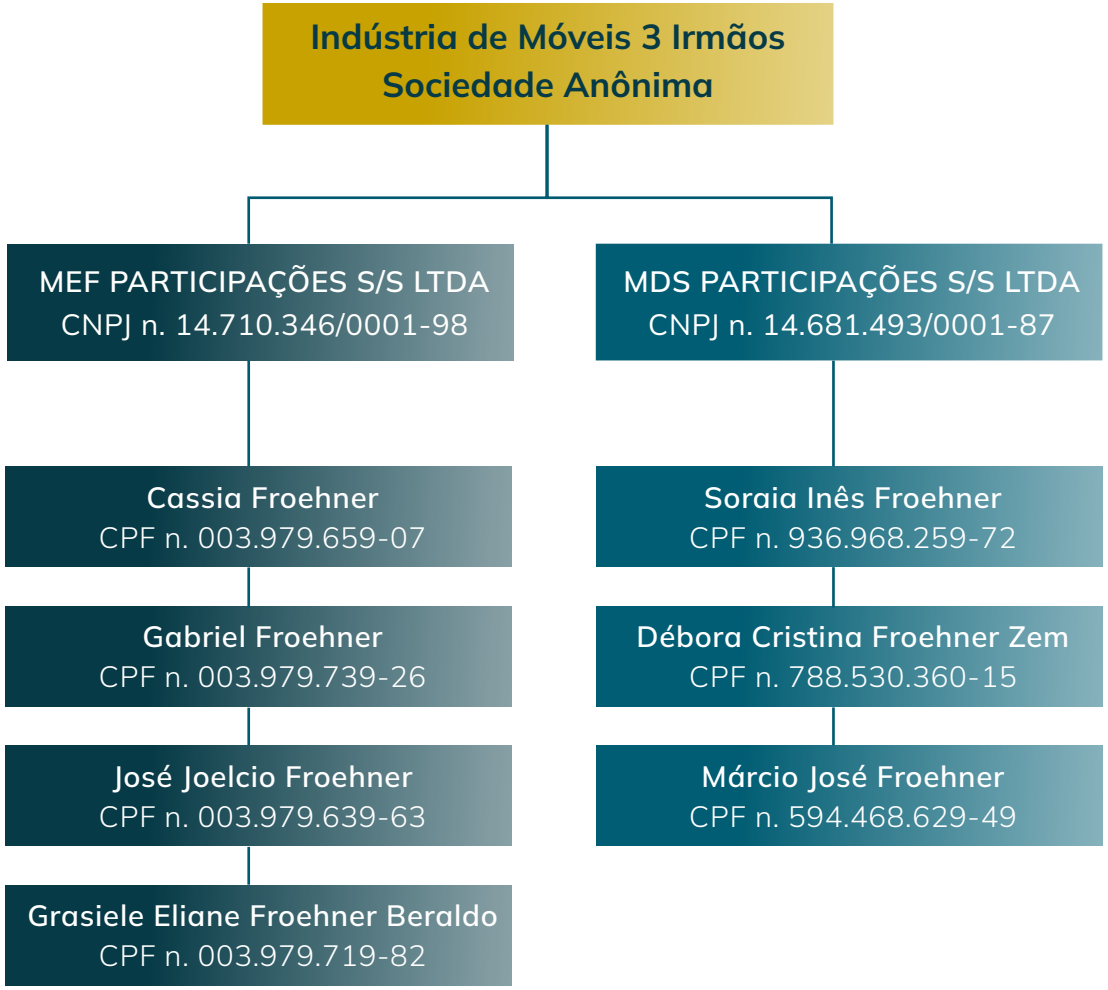
Em 2009 a empresa realizou exportação para a empresa multinacional sueca, IKEA - Ingvar Kamprad Elmtaryd Agunnaryd, líder mundial no setor de móveis, firmando uma sólida parceria que se mantém até o presente momento, no ano de 2024 expandiu suas atividades para o mercado corporativo, dedicando-se à produção e montagem de estabelecimentos comerciais, agências bancárias e salas VIP's em aeroportos e lojas, em todo o território nacional.

No ano de 2017, a empresa optou por retomar seu foco exclusivo na atividade de exportação, vindo a se tornar nesse período, a maior exportadora de móveis do Brasil o que levou, em 2020 à inauguração de mais um parque industrial localizado em São Bento do Sul/SC, com cerca de 16.000 m² de área construída, visando atender ao crescimento do consumo de móveis, todavia, ante a severa redução nas vendas enfrentadas pela Recuperanda, o que acarretou na crise financeira de modo que as atividades na filial de São Bento do Sul/SC foram encerradas em 2023.

A Recuperanda segue concentrada em 90% de suas atividades na unidade em Campo Alegre/SC (Matriz), onde se realiza a industrialização de boa parte de seus produtos, incluindo a fabricação de móveis, montagem, embalagens, além de todos os procedimentos administrativos e negociais para despacho, exportação e comercialização dos produtos. A unidade de Caçador/SC, que está parcialmente ativa, é responsável apenas pela fabricação de painéis.

Estrutura societária

A Recuperanda possui inscrição no CNPJ n. 82.767.641/0001-30, com a sede na cidade de Campo Alegre/SC e uma filial em Caçador/SC, de modo que na sua estrutura societária é composta por duas sociedades empresárias, MDS PARTICIPAÇÕES S/S LTDA. e MEF PARTICIPAÇÕES S/S LTDA., consoante contrato social anexo no evento 01 - CONTRSOCIAL4 nos autos da recuperação judicial, com os respectivos representantes:



04 Funcionários

A análise do quadro de pessoal confirma a manutenção da trajetória de ajuste observada no RMA anterior, com relativa preservação da força de trabalho em Campo Alegre/SC e esvaziamento estrutural da unidade de Caçador/SC, em consonância com o redesenho produtivo descrito no relatório anterior. Entre o pico de ocupação e março de 2026, a empresa consolida uma redução relevante do contingente ativo, com impactos diretos sobre os custos fixos, a capacidade operacional e os riscos de continuidade.

Evolução do Quadro Consolidado

Considerando o quadro consolidado de Campo Alegre/SC e Caçador/SC, o efetivo total, excluídos aprendizes e afastados, atingiu o pico de 580 funcionários ativos em maio de 2025, recuando gradualmente para 351 em janeiro de 2026 e 294 em fevereiro de 2026, conforme o relatório de funcionários. Esse movimento representou uma redução acumulada de aproximadamente 49,3% do quadro ativo entre maio de 2025 e fevereiro de 2026, reforçando a estratégia de enxugamento da estrutura de pessoal em paralelo à retração da produção e do faturamento observada no período.

Os dados atualizados indicaram que, após a queda mais acentuada no segundo semestre de 2025, o quadro seguiu em trajetória de contração no início de 2026, mantendo a tendência de ajuste já apontada no RMA anterior. Na prática, a empresa ingressou em março de 2026 com uma base de pessoal significativamente menor, o que reduziu custos, mas ampliou a sensibilidade a uma eventual retomada repentina da demanda.

.

Comportamento em Campo Alegre/SC

A unidade de Campo Alegre/SC manteve posição de polo produtivo central, com quadro relativamente estável em termos de tendência, ainda que com redução de patamar em relação aos momentos de maior utilização da capacidade. O número total de funcionários em Campo Alegre/SC partiu de 357 em setembro de 2025, alcançou 450 em maio de 2025 e recuou para 362 em janeiro de 2026, chegando a 323 em fevereiro de 2026, segundo o relatório de funcionários.

Em termos de ativos, excluídos afastados e aprendizes, Campo Alegre/SC partiu de 320 empregados ativos em setembro de 2025, atingiu 407 em maio de 2025 e retornou a um patamar próximo ao inicial, com 322 ativos em janeiro de 2026 e 283 em fevereiro de 2026, reforçando a preservação do núcleo operacional mesmo em um contexto de forte ajuste. Essa trajetória mostrou-se coerente com o RMA anterior, que caracterizou Campo Alegre/SC como matriz industrial e principal eixo de geração de valor, ainda que com produção em nível inferior ao observado nos melhores meses de 2025.

Comportamento em Caçador/SC

A unidade de Caçador/SC apresentou retração estrutural acentuada, convertendo-se, na prática, em planta de apoio com escala significativamente reduzida. O total de colaboradores em Caçador/SC caiu de 234 em setembro de 2025 para 60 em dezembro de 2025, 56 em janeiro de 2026 e 41 em fevereiro de 2026, evidenciando o esvaziamento progressivo da unidade.

Em termos de funcionários ativos, Caçador/SC recuou de 191 ativos em setembro de 2025 para 34 em dezembro de 2025, 29 em janeiro de 2026 e apenas 11 em fevereiro de 2026, o que representou perda superior a 90% do efetivo ativo em relação ao patamar inicial da série. Esse padrão confirmou a leitura do RMA anterior, que apontou Caçador/SC como unidade com operação parcial e função predominantemente intermediária, com perda substancial de capacidade funcional e necessidade de avaliação cuidadosa quanto à viabilidade de manutenção da estrutura atual.

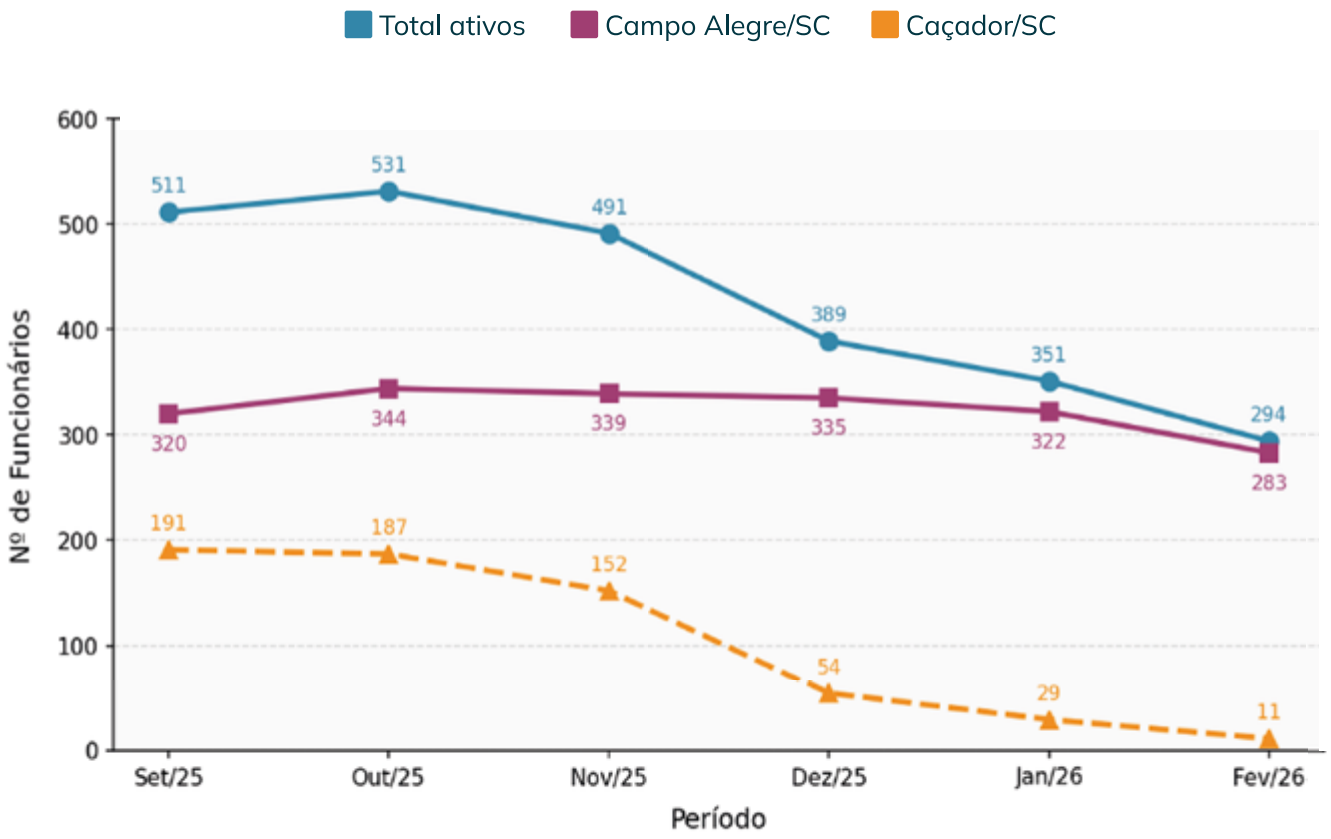
Aprendizes e Afastados

O contingente de aprendizes permaneceu reduzido e concentrado em Campo Alegre/SC, com oscilações mensais, mas sem relevância quantitativa para reverter a dinâmica de queda do quadro total. Em Caçador/SC, o programa de aprendizes já havia sido praticamente descontinuado ao final de 2025, movimento coerente com a desaceleração e o posterior esvaziamento da unidade.

Os afastados mantiveram-se em patamar elevado ao longo da série, variando em torno de 57 a 62 colaboradores na maior parte dos meses e alcançando 40 afastados em Campo Alegre/SC e 30 em Caçador em fevereiro de 2026, de acordo com o relatório de funcionários. A proporção de afastados sobre o total seguiu alta, frequentemente entre 10% e 14% do efetivo, o que indicou a persistência de riscos ocupacionais, ergonomia potencialmente crítica ou aspectos de saúde organizacional que não haviam sido plenamente mitigados até março de 2026.

A seguir gráfico:

Funcionários ativos por unidade - Set/2025 a Fev/2026



Leitura Financeira e Administrativa

A combinação de dados de pessoal, produção e estoques indicou que a empresa aprofundou a centralização operacional em Campo Alegre/SC e reduziu fortemente a escala de Caçador/SC, em coerência com o perfil descrito no RMA anterior, que caracterizou Campo Alegre/SC como planta-matriz de maior valor agregado e Caçador/SC como planta de apoio e intermediária. Essa estratégia permitiu reduzir custos fixos de mão de obra e concentrar recursos na unidade de maior produtividade, mas aumentou a dependência de um único polo industrial e restringiu o espaço para retomada de volumes no curto prazo, caso a demanda externa ou interna reagisse.

Do ponto de vista de custos, a redução do quadro ativo de 580 para 351 colaboradores entre maio de 2025 e janeiro de 2026, e posteriormente para 294 em fevereiro de 2026, reforçou a estimativa de economia mensal na faixa de R$ 0,7 milhão a R$ 1,1 milhão em folha e encargos, mantendo a ordem de grandeza já apontada no RMA anterior. Essa folga mostrou-se relevante em um cenário de alta alavancagem e passivos extraconcursais em moeda estrangeira, mas precisou ser monitorada diante do risco de perda de capacidade produtiva e de deterioração do clima organizacional, especialmente porque a produção e o faturamento de 2026 se iniciaram em níveis significativamente menores que os de 2025.

Em termos de risco operacional, o histórico recente de contratações seguido de cortes expressivos tendeu a elevar o turnover, afetar a retenção de conhecimentos críticos e aumentar o risco de falhas operacionais, justamente em um contexto em que a empresa dependia do cumprimento rigoroso de prazos e especificações de grandes clientes externos.

05

Estoque

O inventário de fevereiro confirmou que a Recuperanda manteve estoque elevado e altamente pulverizado, com forte concentração em matéria-prima e insumos (grupos 300, 400 e 500), materiais de segurança (800), limpeza (850), expediente (900) e materiais de manutenção, uso e consumo (950 e 990), distribuídos entre almoxarifados gerais, almoxarifado de químicos, madeira, terceiros e estoques em trânsito.

Em linha com o que já havia sido descrito no RMA anterior, o volume total de estoques continuou representando imobilização relevante de capital de giro, em um contexto de faturamento enfraquecido e alta alavancagem, o que potencializou o risco econômico de capital parado em itens de baixo giro ou de uso muito específico.

Visão Econômica do Estoque

O estoque da empresa manteve-se em nível elevado, com concentração principal em matéria-prima, produtos em elaboração e insumos específicos de exportação, o que continuou a pressionar o capital de giro e a exigir atenção à obsolescência e à velocidade de giro. Verificaram-se perfis distintos entre as unidades, o que demandou abordagens específicas sob as perspectivas econômica, financeira e logística em cada planta.

Perfil por Unidade

Caçador/SC

Em Caçador/SC, o estoque concentrou-se em matéria-prima (grupo 300), produtos em elaboração e materiais de manutenção (grupo 990), girando em torno de alguns milhões de reais, com forte peso de itens ligados ao parque de máquinas e à proteção contra paradas de linha. Esse desenho indicou processo produtivo com valor relevante em transformação e um estoque de segurança operacional significativo, que protegeu a produção, mas imobilizou recursos em itens de baixo giro e de difícil reaproveitamento fora daquela unidade.

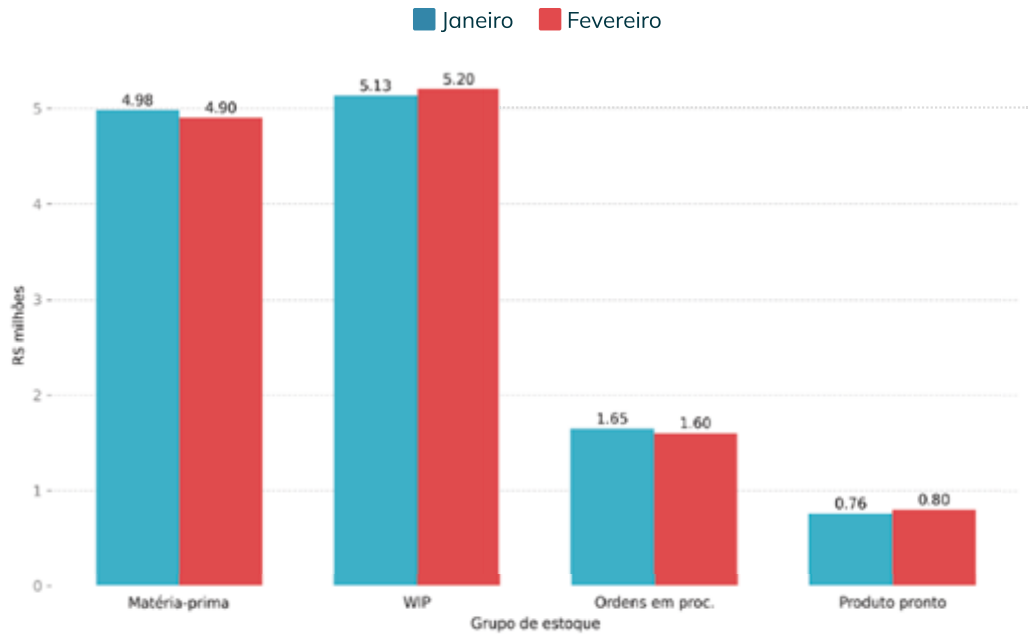
Perfil por Unidade

Campo Alegre/SC

Em Campo Alegre/SC, a massa econômica estocada distribuiu-se entre matéria-prima, WIP, ordens em processo e produto pronto, com destaque para insumos específicos de exportação, como químicos, tapa-furos, embalagens customizadas e materiais vinculados a clientes estrangeiros. O valor total nessa unidade superou, com folga, o montante de Caçador, tornando a operação mais sensível a mudanças de especificação ou de demanda por parte dos clientes internacionais, especialmente em relação a itens customizados que não migraram facilmente entre projetos.

A seguir gráfico:

Estoque por Grupo - Jan/2026 x Fev/2026



Impacto Financeiro e Capital de Giro	Do ponto de vista financeiro, o estoque combinado consumiu parcela relevante do capital de giro, em um cenário de queda de faturamento, redução de aplicações financeiras e elevada dependência de financiamentos e passivos fiscais parcelados. A evolução recente mostrou redução de matéria-prima e aumento de WIP, ordens em processo e produto pronto, em coerência com o avanço da transformação produtiva, mas sem redução proporcional do valor total estocado, o que reforçou a necessidade de acelerar o giro de produtos acabados e de alinhar a produção à demanda efetiva.
Diretrizes de Gestão	Na perspectiva da gestão, o quadro exigiu atuação coordenada entre engenharia de produto, PCP, compras e manutenção, para que as revisões de projetos fossem compatibilizadas com os planos de consumo dos estoques existentes e para que os níveis de segurança fossem recalibrados à nova escala de produção. A redução gradual dos estoques — especialmente de insumos específicos, materiais de manutenção de baixíssimo giro e produtos acabados com baixa saída — tendeu a liberar capital de giro e a reduzir o risco econômico, sem comprometer a continuidade operacional das unidades.

06 Produção

Campo Alegre/SC

(perfil econômico e estrutural)

A unidade de Campo Alegre/SC operou com quatro linhas principais (UV 81, UV 811, UV Flex e UV Homanit) e, em 2025, apresentou patamar de produção elevado na maior parte do ano, seguido de forte retração a partir do último trimestre. Entre janeiro e setembro de 2025, os volumes oscilaram em faixa típica de 130 mil a 250 mil m² por mês, com pico em setembro (253.477 m²), o que evidenciou utilização intensa do parque fabril e aproveitamento de escala para diluição dos custos fixos industriais.

A partir de outubro de 2025, observou-se inflexão relevante: a produção recuou para 189.956 m² em outubro, 129.455 m² em novembro e 122.699 m² em dezembro, culminando em forte queda em janeiro de 2026 (58.605 m²), o menor nível da série recente. Em fevereiro de 2026, houve reação parcial, com elevação para 78.454 m², ainda em patamar bem inferior ao observado ao longo de 2025, o que confirmou movimento de ajuste de capacidade em resposta à desaceleração da demanda e ao esforço de redução de estoques.

Caçador/SC

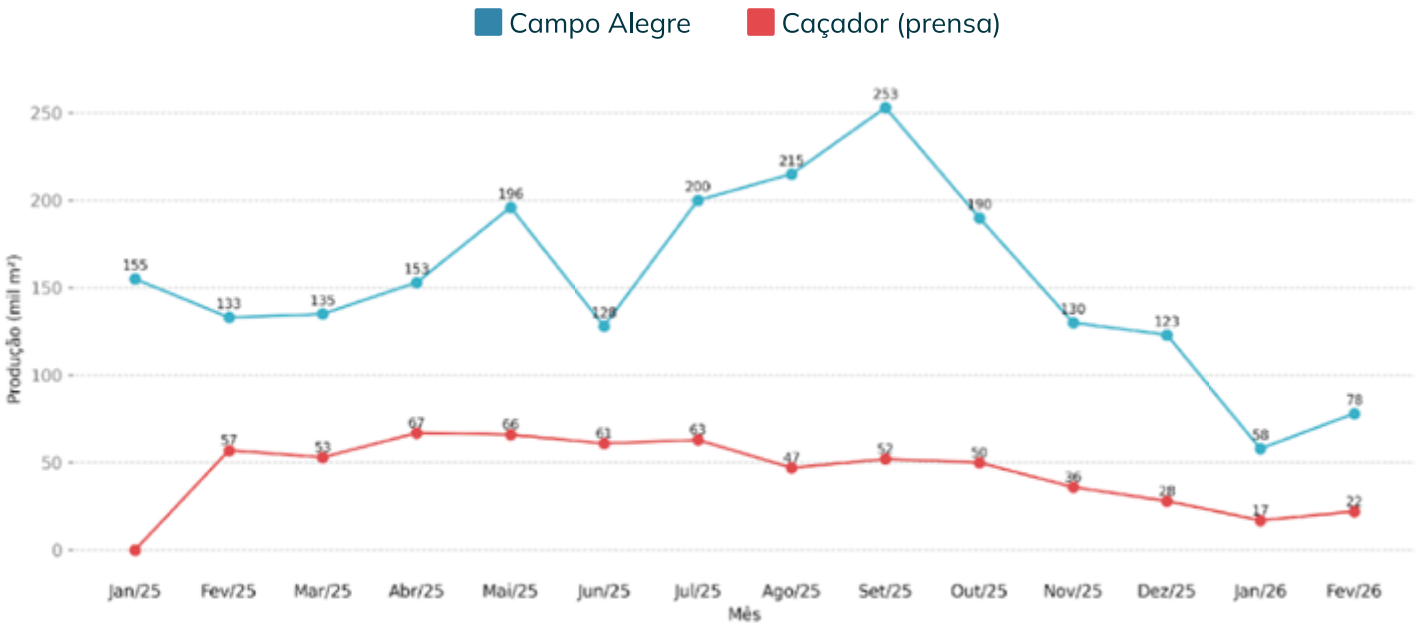
(mudança de configuração produtiva)

Na unidade de Caçador/SC, os dados de produção registram transição estrutural: a antiga calibração própria, que em 2024 e início de 2025 operava na faixa de aproximadamente 110 a 150 mil m²/mês, foi desativada, com transferência da máquina de calibração para a matriz, passando a planta a atuar como etapa intermediária de prensagem. No bloco de prensa, em 2025, a produção mensal varia de 28.133 m² (dezembro) a 66.951 m² (abril), com valores típicos no intervalo de 50 a 65 mil m², o que caracteriza operação de suporte em patamar claramente inferior ao observado na calibração anterior.

A trajetória da prensa evidencia redução progressiva de escala ao longo de 2025: após permanecer próxima a 60–66 mil m² entre fevereiro e julho, os volumes passam a cair com mais intensidade a partir de agosto, encerrando o ano abaixo de 30 mil m²/mês. Em 2026, a produção de prensagem inicia ainda mais retraída, com cerca de 17.130 m² em janeiro e 22.364 m² em fevereiro, reforçando o diagnóstico de que Caçador/SC assumiu papel mais restrito e especializado, com menor contribuição marginal de volume e maior sensibilidade a decisões de carga enviada pela matriz.

A seguir gráfico:

Produção Mensal por Unidade - 2025 e Fev/2026



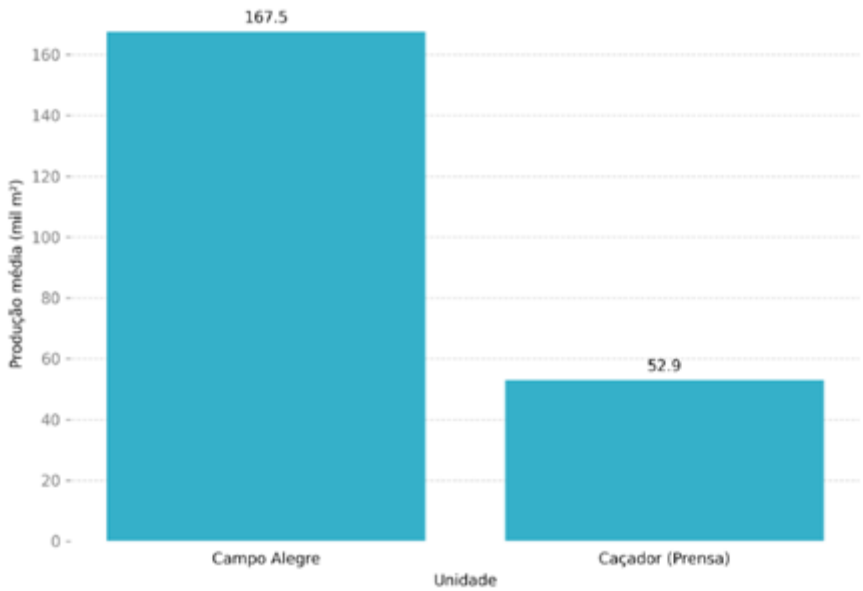
Comparação Econômica Entre as Unidades

A comparação mês a mês mostrou que Campo Alegre/SC operou, na maior parte do tempo, em patamar de produção entre duas e cinco vezes superior ao de Caçador/SC (prensa), o que teve implicações diretas em termos de escala econômica e diluição de custos fixos. Em meses de maior atividade em 2025, como maio, julho e agosto, Campo Alegre produziu entre aproximadamente 196 mil e 214 mil m², enquanto Caçador/SC se manteve na faixa de 47 mil a 66 mil m², gerando uma relação de escala próxima de 3:1; no pico de setembro, a matriz atingiu 253.477 m², frente a 52.783 m² na prensa, ampliando a diferença para cerca de cinco vezes.

Essa assimetria de volumes permitiu que Campo Alegre diluísse de forma mais eficiente seus custos fixos industriais, como mão de obra fabril, depreciação, manutenção e utilidades, ao passo que Caçador/SC tendeu a registrar custo fixo por metro quadrado mais elevado, salvo se sua estrutura de gastos tivesse sido reduzida na mesma proporção da queda de volume. Além disso, a dependência da prensa em relação ao fluxo de chapas enviado e recebido da matriz reforçou o caráter de unidade de apoio, com resultado econômico condicionado às decisões operacionais tomadas em Campo Alegre/SC.

A seguir gráfico com base nos dados citados acima:

Produção Média em 2025 por Unidade



Dimensão Financeira da Produção

Do ponto de vista financeiro, a curva de produção confirmou o papel de Campo Alegre/SC como principal geradora de volume e de margem de contribuição do grupo, ao mesmo tempo em que expôs a vulnerabilidade da empresa à retração de pedidos externos. O ciclo de expansão observado de janeiro a setembro de 2025, seguido por uma queda acentuada no último trimestre e em janeiro de 2026, reduziu a capacidade de diluição dos custos fixos e tendeu a comprimir a margem unitária, especialmente se a estrutura de despesas fixas não tiver sido ajustada com a mesma rapidez da queda no volume.

Em Caçador/SC, a redução da produção de aproximadamente 66 mil m², em abril de 2025, para patamares inferiores a 30 mil m² no final de 2025 e no início de 2026 implicou menor geração de margem de contribuição total, mantendo a unidade relevante para o fluxo produtivo, porém com peso financeiro significativamente menor no consolidado. Em conjunto, os dados sugerem que a estratégia recente combinou a concentração de valor agregado em Campo Alegre com o enxugamento da operação de Caçador/SC, medida que contribuiu para racionalizar o uso dos ativos industriais, mas que exigiu monitoramento cuidadoso da relação entre volume produzido, estoques e capacidade de resposta a eventuais retomadas da demanda.

07 Faturamento

Nível e Perfil do Faturamento

O faturamento bruto de 2025 alcançou cerca de R$ 110,7 milhões, com forte concentração no mercado externo, que respondeu por aproximadamente 96,6% da receita anual, enquanto o mercado interno representou apenas 3,4%. Em dólares, as exportações totalizaram em torno de USD 19,1 milhões no ano, o que indica um tíquete médio mensal próximo de USD 1,6 milhão em vendas externas.

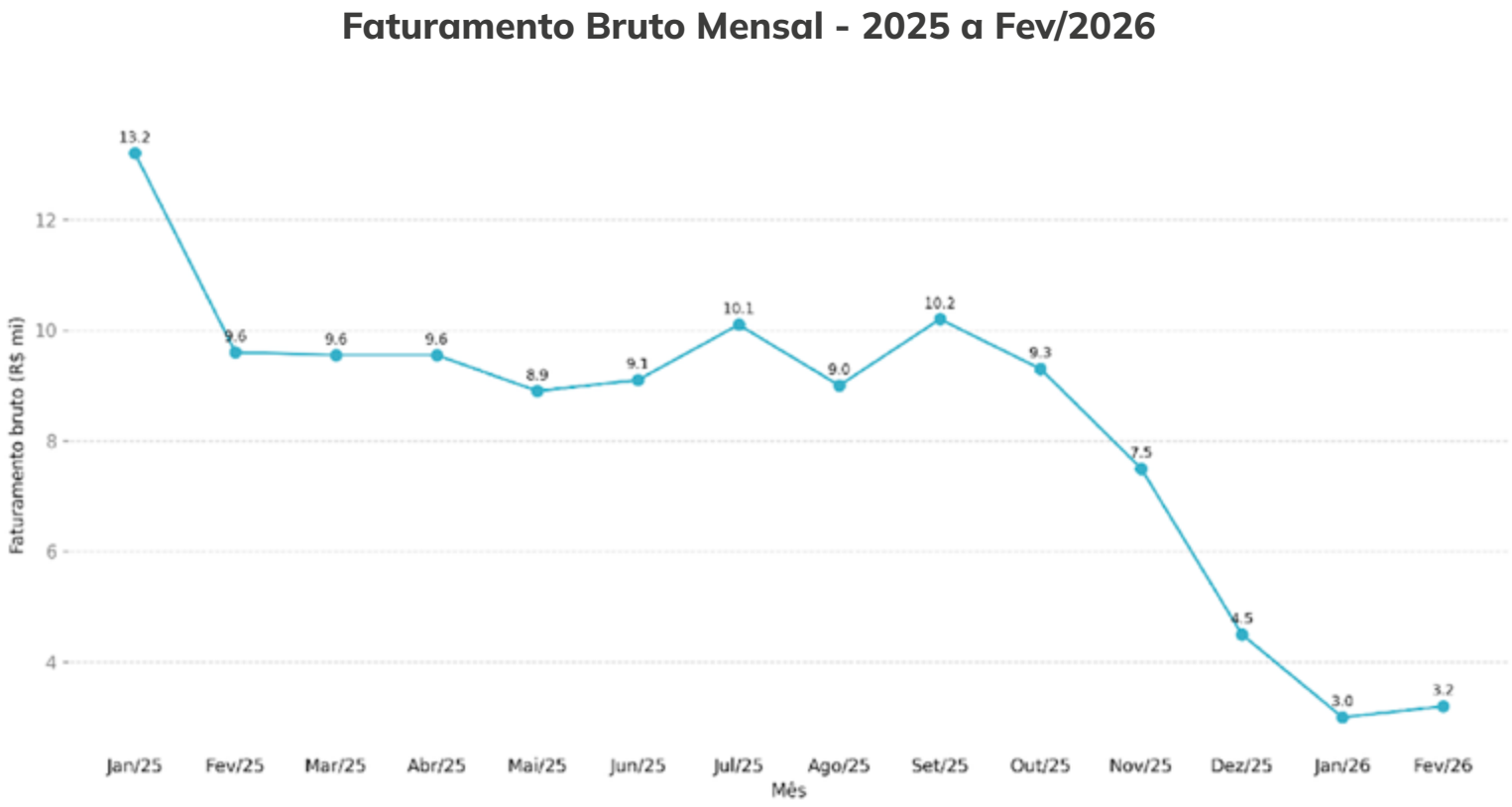
Em 2026, os dados até fevereiro mostram um início de ano com receita significativamente inferior à média de 2025, embora com ligeira recuperação em relação a janeiro. O faturamento bruto consolidado do primeiro bimestre soma cerca de R$ 6,21 milhões, sendo R$ 2,99 milhões em janeiro e R$ 3,23 milhões em fevereiro, patamar muito inferior ao dos meses mais fortes de 2025.

Comportamento Mensal Recente

Em 2025, a receita bruta mensal oscilou, em geral, entre aproximadamente R$ 9,0 milhões e R$ 10,2 milhões, de fevereiro a outubro, com pico em janeiro (R$ 13,06 milhões) e forte queda no último bimestre (R$ 7,52 milhões em novembro e R$ 4,49 milhões em dezembro). Em janeiro de 2026, a receita recuou ainda mais, para R$ 2,99 milhões, refletindo uma desaceleração relevante da demanda, sobretudo nas exportações.

Em fevereiro de 2026, observa-se leve melhora, com faturamento bruto de aproximadamente R$ 3,23 milhões, impulsionado pelo aumento tanto do mercado externo (de cerca de R$ 2,90 milhões para R$ 3,02 milhões) quanto do mercado interno (de cerca de R$ 93 mil para R$ 207 mil), mas ainda em patamar muito aquém da média mensal de 2025. No acumulado do bimestre, o mercado externo respondeu por cerca de 95,2% da receita (R$ 5,91 milhões), enquanto o mercado interno representou 4,8% (R$ 0,30 milhão), mantendo-se a característica de alta concentração nas exportações.

A seguir gráfico:



Dimensão Cambial e Exposição Externa

A estrutura de faturamento permanece fortemente dolarizada, com predominância de receitas em moeda estrangeira convertidas para reais, o que torna o resultado sensível a variações cambiais e à dinâmica de pedidos dos clientes internacionais. Em 2025, a taxa média efetiva de conversão situou-se em torno de R$ 5,60 por dólar. Já em janeiro de 2026, a relação entre o montante em reais (R$ 2,90 milhões) e o volume exportado em dólares (USD 547,6 mil) sugere uma taxa próxima de R$ 5,29, indicando leve apreciação do real ou a existência de contratos travados em níveis inferiores aos observados em parte de 2025.

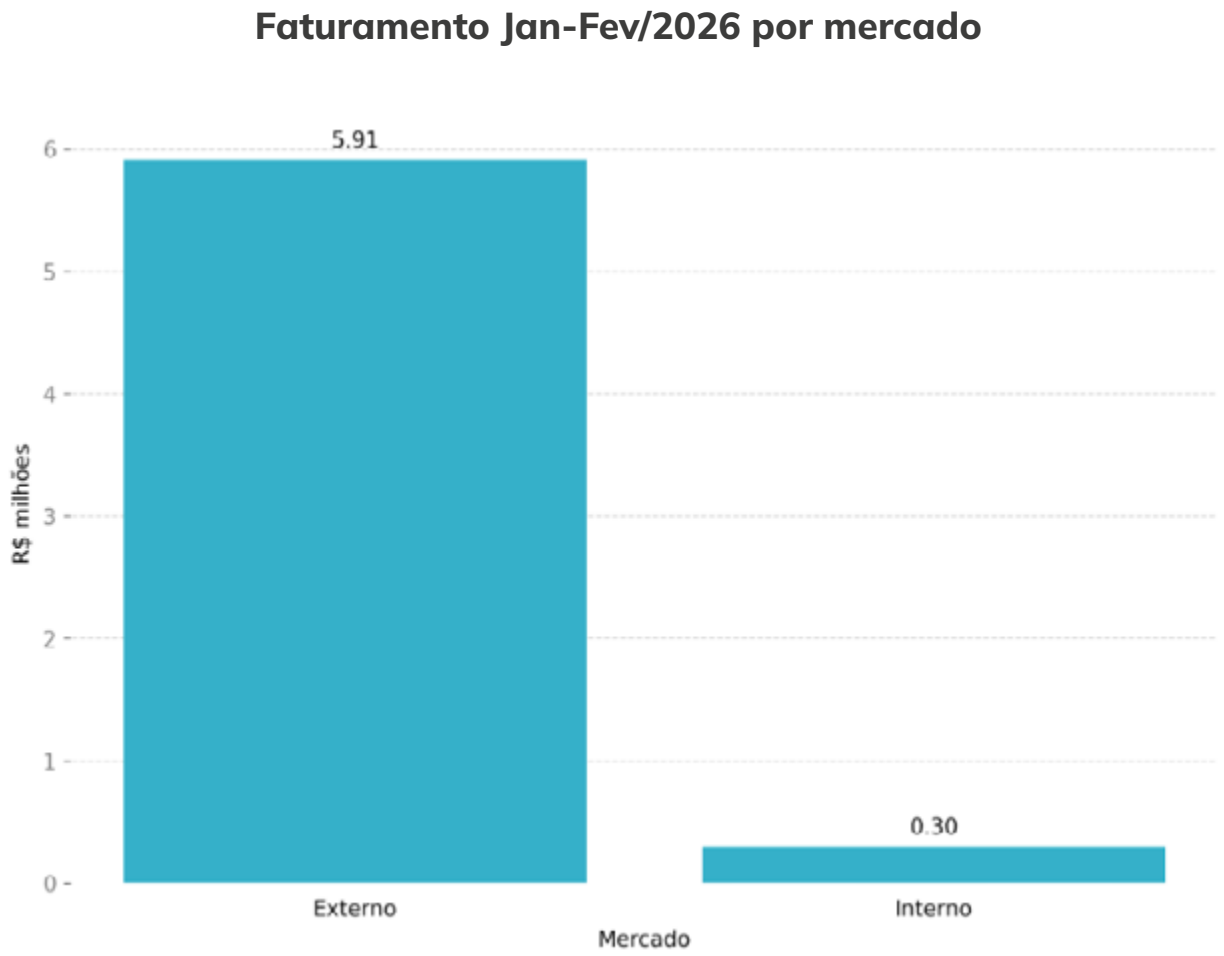
Essa configuração faz com que oscilações cambiais impactem tanto a receita operacional líquida quanto o custo financeiro das dívidas em moeda estrangeira e das operações de antecipação de exportação, em um contexto no qual a empresa já opera com margem pressionada. A queda no volume de produção e no faturamento observada no fim de 2025 e no início de 2026, combinada com a elevada exposição cambial, aumenta a importância de monitorar não apenas o nível de receita, mas também a qualidade dos contratos — prazo, moeda e indexadores — e a estratégia de hedge, a fim de preservar a margem de contribuição.

Mercado Externo x Mercado Interno

O mercado interno continua com participação residual no mix de faturamento. Em 2025, representou pouco mais de R$ 3,7 milhões no ano, o equivalente a cerca de R$ 312 mil por mês, em média, frente a aproximadamente R$ 8,9 milhões mensais provenientes do mercado externo. Em 2026, até fevereiro, a participação doméstica permanece baixa, em torno de 4,8% do faturamento bruto do período, apesar do aumento pontual observado em fevereiro.

Na prática, a empresa segue operando como exportadora quase exclusiva, o que reforça sua vulnerabilidade a choques de demanda externa, revisões contratuais por grandes clientes, alterações nas especificações dos produtos e mudanças nas condições logísticas e regulatórias dos mercados de destino. Ao mesmo tempo, a retomada ainda tímida do mercado interno em fevereiro sugere espaço para a exploração de oportunidades domésticas como via complementar de receita, sem alteração imediata do posicionamento principal, mas com potencial para reduzir, ainda que marginalmente, o grau de concentração em poucos compradores externos.

A seguir gráfico demonstrativo:



08

Visão Geral dos Ativos

Estrutura Econômica do Ativo em Fevereiro de 2026

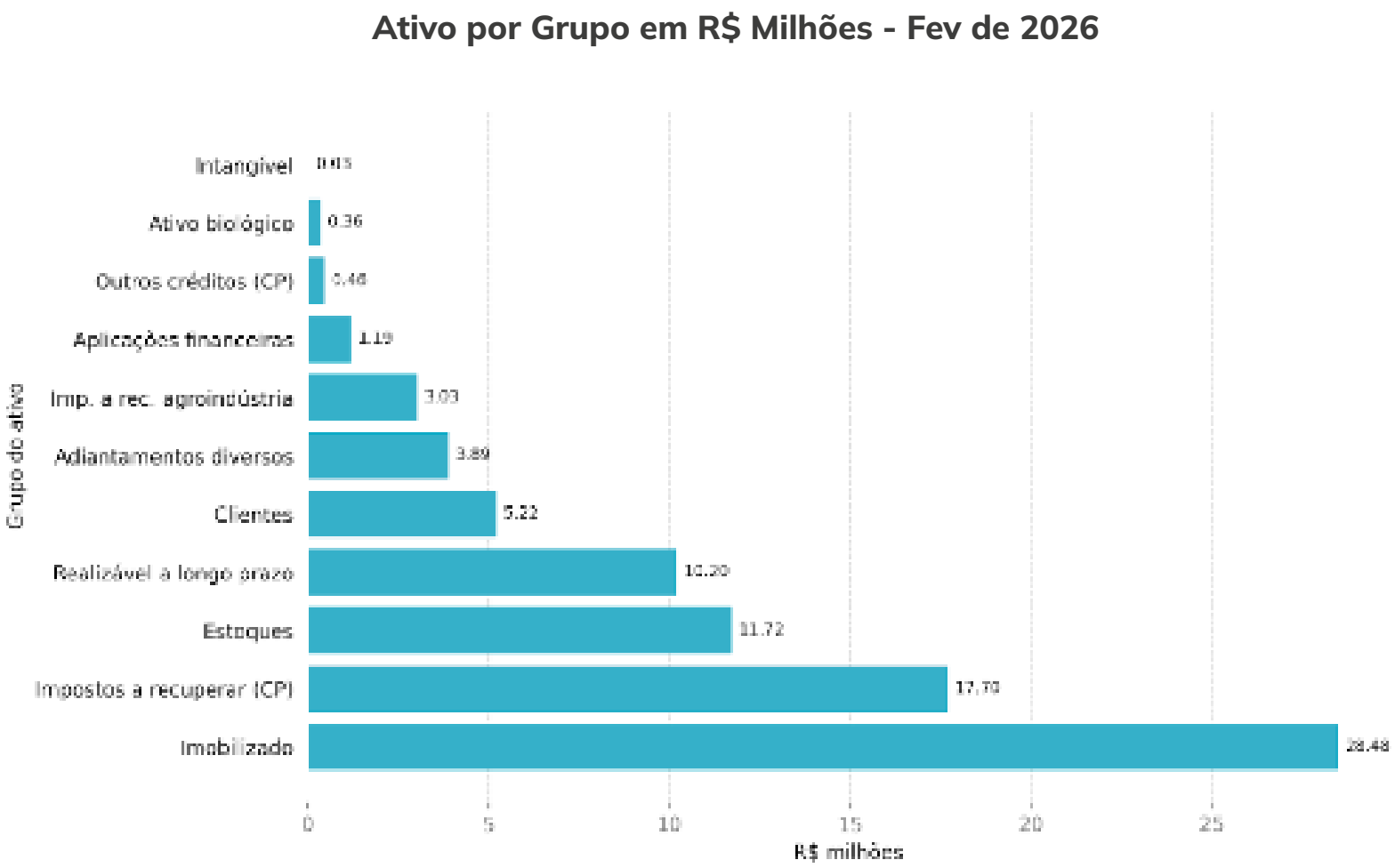
Em fevereiro de 2026, o ativo totalizava aproximadamente R$ 82,3 milhões, distribuídos entre 52,5% de ativo circulante (R$ 43,2 milhões) e 47,5% de ativo não circulante (R$ 39,1 milhões), o que confirma o perfil de uma empresa industrial intensiva em capital, com parcela relevante de recursos aplicada em itens de giro mais lento. No ativo circulante, destacam-se principalmente os impostos a recuperar, os estoques e as contas a receber, enquanto o caixa e as aplicações financeiras mantêm participação modesta na composição total.

Composição Detalhada do Ativo Circulante

No curto prazo, o principal componente são os impostos a recuperar, que somam cerca de R$ 17,7 milhões (21,5% do ativo total), refletindo acúmulo expressivo de créditos de ICMS, PIS/Cofins e outros tributos típicos de operação exportadora, cuja conversão em caixa depende de compensações ou ressarcimentos futuros. Em seguida aparecem os estoques, com aproximadamente R$ 11,7 milhões (14,3% do ativo), e os clientes, com cerca de R$ 5,2 milhões (6,3%), compondo, junto com os créditos fiscais, a maior parte do capital de giro aplicado em itens que não retornam imediatamente em disponibilidades.

Ainda no circulante, chama atenção o montante de adiantamentos diversos, próximo de R$ 3,9 milhões (4,7% do ativo), e de impostos a recuperar da agroindústria, em torno de R$ 3,0 milhões (3,7%), além de outros créditos de menor relevância relativa. Em contraste, caixa e aplicações financeiras somam algo em torno de R$ 1,2 milhão em aplicações e pouco mais de R$ 7 mil em disponibilidades imediatas, representando menos de 1,5% do ativo, o que indica colchão de liquidez bastante enxuto frente ao volume de passivos de curto prazo.

A seguir gráfico demonstrativo:



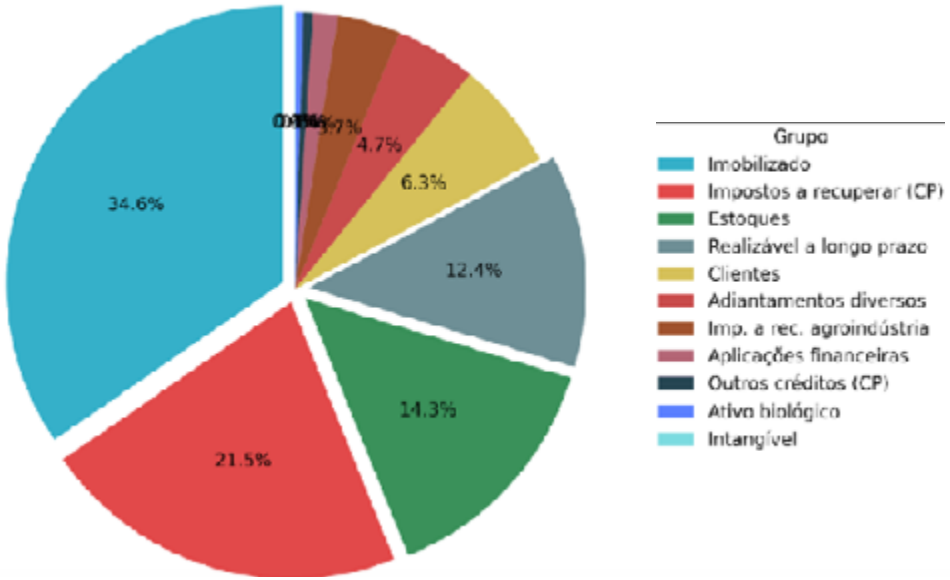
Ativo Não Circulante e Intensidade de Capital

No ativo não circulante, o imobilizado concentra cerca de R$ 28,5 milhões (34,6% do ativo total), reafirmando a natureza industrial da operação, com parque de máquinas, linhas UV, prensas e instalações de relevância. O realizável a longo prazo responde por aproximadamente R$ 10,2 milhões (12,4%), composto principalmente por outros créditos e tributos diferidos, o que indica a presença de ativos de maturação mais longa, dependentes de eventos futuros, como a recuperação de créditos antigos e ajustes fiscais, e com liquidez inferior à de clientes e estoques.

Há ainda saldos menores em ativo biológico (cerca de R$ 363 mil, ou 0,4% do total) e em intangível (cerca de R$ 33 mil, ou 0,04%), sem peso significativo na estrutura global. Em termos econômicos, o conjunto retrata uma empresa com ativos intensivos em imobilizado, créditos fiscais e estoques relevantes, o que reforça a necessidade de gestão ativa do capital de giro e de estratégias para acelerar a conversão dos créditos tributários em caixa, sob pena de manter parcela relevante do patrimônio imobilizada em itens de baixa liquidez.

A seguir gráfico:

Ativo por Grupo - Fev de 2026



Leitura Financeira e de Risco Sobre o Ativo

A combinação da baixa participação de disponibilidades e aplicações financeiras com o elevado volume de créditos fiscais, estoques e contas a receber torna a liquidez imediata restrita, ainda que o balanço contábil apresente um ativo total robusto. Em um contexto de forte pressão dos passivos de curto prazo e de patrimônio líquido negativo, isso significa que a empresa depende fortemente do giro de estoques e recebíveis, bem como da realização gradual dos créditos tributários, para honrar seus compromissos, o que amplia a sensibilidade a choques de demanda, atrasos de clientes ou mudanças nas regras de compensação fiscal.

Para mitigar esse risco, a gestão do ativo precisa priorizar a redução de estoques excedentes, a aceleração da cobrança de clientes, o planejamento da utilização dos créditos fiscais e a avaliação criteriosa de novos investimentos em imobilizado, buscando alinhar a estrutura de ativos a uma capacidade de geração de caixa compatível com o atual nível de faturamento e endividamento.

09

Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

Estrutura do Passivo em Fevereiro de 2026

Em fevereiro de 2026, o passivo total atingia cerca de R$ 82,3 milhões, com forte concentração no curto prazo: aproximadamente R$ 75,3 milhões em passivo circulante (91,4% do total) e R$ 11,6 milhões em passivo não circulante (14,1%), enquanto o patrimônio líquido permanecia negativo em torno de R$ 4,55 milhões. No passivo circulante, destacavam-se os empréstimos e financiamentos (R$ 38,26 milhões, equivalentes a 46,5% do total) e os fornecedores (R$ 25,27 milhões, ou 30,7%), além de adiantamentos de clientes (R$ 4,26 milhões, ou 5,2%), impostos parcelados, obrigações trabalhistas e tributárias e provisões, compondo um quadro de elevada dependência de capital de terceiros e de forte pressão sobre o caixa no curto prazo.

No longo prazo, prevaleciam os empréstimos e financiamentos (R$ 8,23 milhões, cerca de 10% do passivo total), os impostos parcelados (R$ 1,96 milhão) e os mútuos com partes relacionadas (R$ 0,78 milhão), complementados por provisões e impostos diferidos de menor peso relativo. Em termos econômicos, isso confirma que mais da metade da estrutura de financiamento se apoia em dívida bancária e financiamentos, enquanto os fornecedores respondem por quase um terço do total, o que limita o espaço para alongamento de prazos e reforça a necessidade de gestão ativa das renegociações.

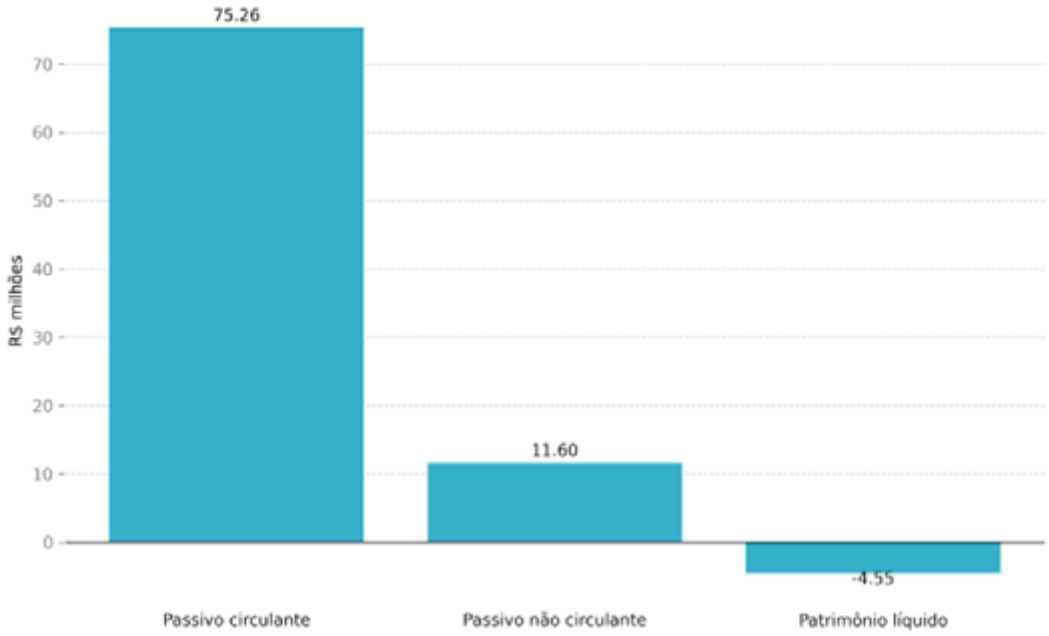
Situação do Patrimônio Líquido

Apesar da existência de capital social de R$ 6 milhões, de ajustes de avaliação patrimonial e de reservas de lucros superiores a R$ 11 milhões, o patrimônio líquido permanece contábil e economicamente negativo, com saldo devedor em torno de R$ 4,55 milhões em fevereiro de 2026. Esse resultado reflete prejuízos acumulados e outros ajustes negativos que superam o montante de capital próprio registrado, de modo que, ao se somarem todas as contas desse grupo, a posição líquida permanece deficitária, mesmo após os lucros pontuais de janeiro e fevereiro.

Na prática, os ativos líquidos não são suficientes para cobrir o total das obrigações, e parte do financiamento da empresa continua sendo sustentada por perdas acumuladas, e não por capital próprio efetivo, o que caracteriza um quadro de insolvência técnica. Essa situação reduz drasticamente a capacidade de absorção de novos choques de resultado, seja por queda de faturamento, aumento de custos ou piora das condições financeiras, sem agravamento do risco para os credores.

A seguir gráfico:

Passivo e Patrimônio Líquido em R$ Milhões - Fev de 2026



Leitura Econômica Integrada do Balanço

A leitura combinada de ativo, passivo e patrimônio líquido em fevereiro mostra alavancagem muito elevada: quase todo o ativo de R$ 82,3 milhões é financiado por passivos, dado o patrimônio líquido negativo, e mais de 90% dessas obrigações vencem no curto prazo. Ao mesmo tempo, o ativo está fortemente concentrado em imobilizado, créditos fiscais, estoques e contas a receber, enquanto disponibilidades e aplicações financeiras representam menos de 1,5% do total, o que torna a liquidez imediata bastante restrita.

Esse arranjo, caracterizado por um ativo pesado e pouco líquido, financiado por passivo majoritariamente de curto prazo e por patrimônio líquido negativo, define um quadro de risco financeiro estrutural, em que a continuidade operacional depende de rolagem permanente de dívidas bancárias, manutenção de prazos com fornecedores, cumprimento rigoroso de parcelamentos fiscais e geração de caixa suficiente para evitar o rompimento de pactos formais ou informais com credores. Em termos econômicos, a prioridade passa a ser a redução gradual do grau de alavancagem, o alongamento, quando possível, do perfil das dívidas e o enxugamento do capital de giro imobilizado em estoques e créditos fiscais, de modo a reconstruir algum nível de colchão de capital próprio ao longo do período de recuperação.

Análise Geral do DRE

MÊS DE 2025	RESULTADO LÍQUIDO ACUMULADO
2025 (fechamento)	-R$ 2.009.357,39
Janeiro de 2026	-R$ 2.601.460,08
Fevereiro de 2026	-R$ 1.987.725,79

O demonstrativo de resultados mostra que a companhia ingressou em 2026 após encerrar 2025 com prejuízo líquido em torno de R$ 2,0 milhões e patrimônio líquido negativo, refletindo um ciclo de forte deterioração econômica ao longo do ano anterior. Em 2026, o desempenho mensal passa a sinalizar uma inflexão: janeiro ainda registra prejuízo, enquanto fevereiro apresenta lucro líquido suficiente para levar o resultado acumulado do exercício a terreno positivo, embora em patamar modesto quando comparado às perdas recentes e insuficiente, por si só, para recompor o desequilíbrio patrimonial.

Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

MÊS DE 2025	RESULTADO LÍQUIDO (R$)	ACUMULADO (R$)
Janeiro de 2026	-R$ 592.102,69	-R$ 592.102,69
Fevereiro de 2026	R$ 23.916,30	R$ 616.018,99

Do ponto de vista econômico-operacional, a margem industrial permanece comprimida. A receita operacional líquida continua sendo fortemente consumida por matéria-prima, custos produtivos e depreciação da fábrica, em um contexto de retração de volume e ociosidade relevante do parque industrial no final de 2025 e no início de 2026. Esse cenário reduz a capacidade de diluição dos custos fixos e eleva o custo econômico por unidade produzida.

Mesmo nos meses em que há lucro líquido, a margem operacional segue estreita, revelando que a geração de resultado ainda depende de ganhos pontuais de eficiência, da gestão de mix e da recomposição de escala, sem que se configure, até o momento, um nível robusto e recorrente de rentabilidade industrial.

Nas despesas operacionais, a estrutura comercial e administrativa permanece significativa em relação ao faturamento atual, evidenciando um desenho construído para um nível de atividade superior ao efetivamente realizado no período recente. As medidas de ajuste de quadro e racionalização de custos produzem economia relevante em folha e encargos, mas essa melhora é parcialmente compensada pela queda de receita e pela necessidade de manter funções críticas à operação.

Desse modo, a despesa fixa ainda limita a conversão de aumentos pontuais de faturamento em ganho líquido consistente. Sob a ótica econômica, a empresa segue altamente sensível a oscilações de demanda e de câmbio, com pouca folga na estrutura de despesas para absorver novos choques adversos.

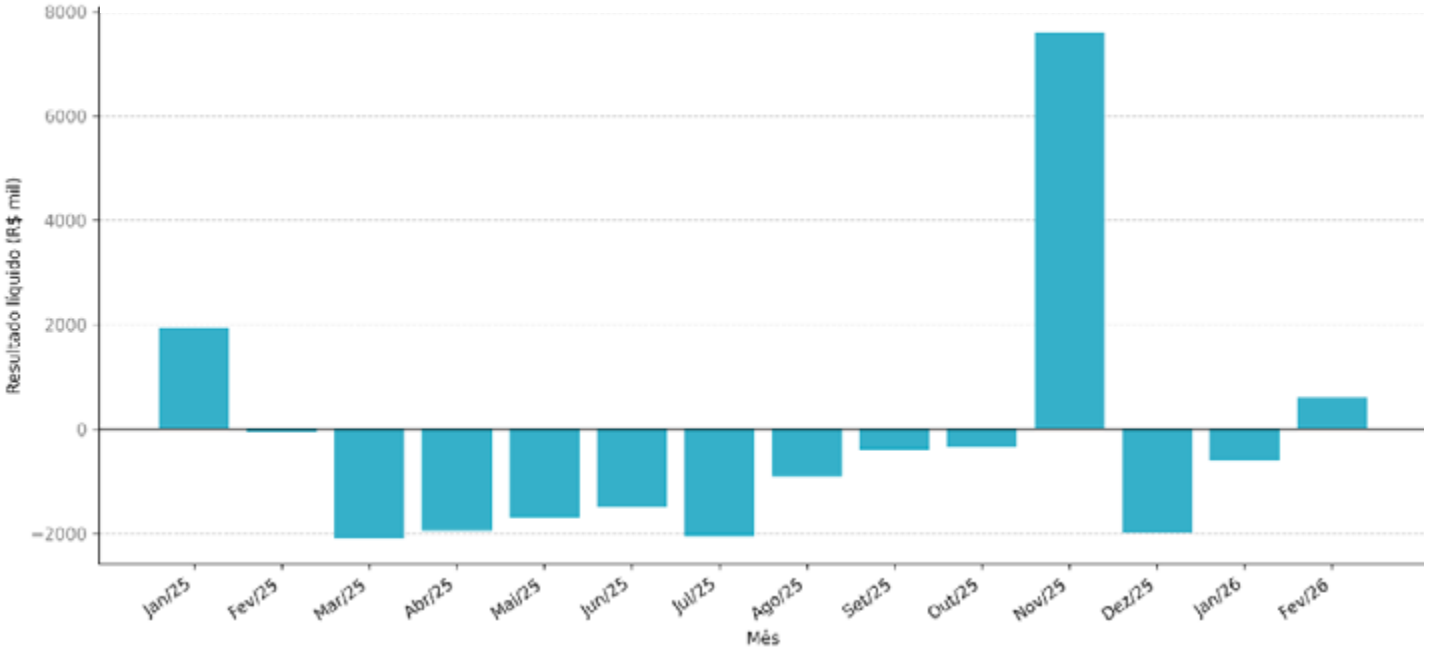
No campo financeiro, o resultado continua fortemente condicionado ao perfil de endividamento e à volatilidade cambial. O passivo permanece concentrado em empréstimos, financiamentos, operações de antecipação de exportações e parcelamentos fiscais, majoritariamente de curto prazo, o que impõe despesa financeira recorrente elevada e pressão constante sobre o caixa.

Em alguns meses, a combinação de receitas financeiras e efeitos cambiais favoráveis contribuiu de forma decisiva para que o resultado líquido se tornasse positivo, como em fevereiro de 2026, quando o resultado financeiro teve papel relevante na recomposição do lucro do período. Ainda assim, essa melhora tem caráter predominantemente conjuntural.

O equilíbrio econômico de médio prazo depende da redução do custo da dívida, do alongamento de prazos e da manutenção de resultados operacionais positivos, para que o acúmulo de lucros de 2026 seja suficiente para reduzir, gradualmente, o impacto do prejuízo de 2025 sobre o patrimônio líquido.

A seguir gráfico:

Resultado Líquido Mensal R$ mil - 2025 e início de 2026



Em síntese, a leitura integrada do DRE até fevereiro de 2026 indica uma empresa que passou a apresentar resultado líquido acumulado positivo no exercício, porém ainda em magnitude modesta diante do histórico recente de perdas e do patrimônio líquido negativo. O quadro continua caracterizado por margem operacional comprimida, despesas fixas relevantes e forte dependência do resultado financeiro para sustentar o lucro, de modo que a continuidade da trajetória de resultados mensais positivos constitui condição necessária para que, ao longo do tempo, o exercício de 2026 contribua efetivamente para reduzir o desequilíbrio patrimonial herdado de 2025.

10 Passivo Tributário

Situação Estadual de Regularidade

O passivo tributário estadual da Recuperanda está concentrado em débitos de ICMS no Estado de Santa Catarina, já enquadrados em programas específicos de parcelamento, com situação “ativa” na base da Secretaria de Estado da Fazenda. Isso indica que, na data de referência, havia manutenção formal da regularidade perante o fisco estadual, nos termos desses acordos.

Os relatórios de parcelamento demonstram, entretanto, a existência de parcela vencida e não paga em ao menos um dos contratos, com notificações fora do prazo, evidenciando que essa regularidade está condicionada à adimplência contínua das prestações e que a margem de folga de caixa para atrasos é reduzida, sob risco de rescisão do parcelamento e de retomada da exigibilidade integral dos créditos.

Do ponto de vista da posição contábil, o balancete de fevereiro de 2026 registra os “impostos parcelados” tanto no passivo circulante quanto no passivo não circulante, com saldo de curto prazo associado às parcelas vincendas nos 12 meses subsequentes e saldo de longo prazo refletindo a cauda dos contratos até 2029 a 2032. Isso confirma a natureza estrutural e prolongada desse passivo tributário na composição do endividamento total da companhia.

Passivo Tributário

PARCELAMENTO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	NATUREZA	IMPOSTO	MULTA	JUROS	TOTAL PARCELADO	Nº PARCELAS	PARCELA PADRÃO (R$) (APROX.)
251100182396,00	25.019.188-1	ICMS – RJ (art. 67-A)	R$ 1.309.481,66	R$ 1.266.298,00	R$ 863.686,99	R$ 3.439.466,65	84	R$ 41.000 a R$ 44.000
251100343110,00	25.019.188-1	ICMS – RJ (art. 67-A)	R$ 253.057,95	R$ 189.793,36	R$ 156.883,13	R$ 599.734,44	84	R$ 7.100 a R$ 7.600
241100396429,00	26.063.312-7	ICMS – notificações fora do prazo	R$ 304.845,08	R$ 228.633,80	R$ 107.719,71	R$ 641.198,59	60	R$ 10.700 a R$ 12.500
251100182400,00	26.063.312-7	ICMS – apenas multa e juros	R$ 0,00	R$ 91.704,06	R$ 13.150,36	R$ 104.854,42	84	R$ 1.250 a R$ 1.360

O passivo tributário estadual está essencialmente estruturado em quatro parcelamentos de ICMS em Santa Catarina, vinculados às inscrições estaduais 25.019.188-1, referente à unidade de Campo Alegre, e 26.063.312-7, correspondente a outra inscrição da mesma empresa. As regras aplicáveis variam conforme a origem do débito, distinguindo-se entre notificações fiscais em regime de recuperação judicial e notificações fora do prazo.

a) Parcelamento 251100182396 – ICMS RJ – Inscrição 25.019.188-1:

Trata-se do principal parcelamento de ICMS em regime de recuperação judicial, vinculado a notificações fiscais enquadradas no art. 67-A da Lei nº 5.983/1981, com valor total parcelado em torno de R$ 3,44 milhões, distribuído em 84 parcelas mensais. A composição do saldo evidencia aproximadamente R$ 1,31 milhão de imposto, R$ 1,27 milhão de multa e R$ 0,86 milhão de juros, demonstrando que mais da metade do valor total decorre de encargos moratórios e penalidades, em reflexo do acúmulo de infrações e do atraso na regularização fiscal.

A parcela-padrão situava-se originalmente na faixa de R$ 40,9 mil, ajustada nos demonstrativos mais recentes para valor próximo de R$ 44 mil mensais, em razão da atualização por juros. Isoladamente, esse parcelamento já configura compromisso relevante de caixa até 2032.

b) Parcelamento 251100343110 – ICMS RJ – Inscrição 25.019.188-1:

O segundo parcelamento estadual em regime de recuperação judicial está vinculado a notificações fiscais referentes a período mais recente de apuração, com valor total parcelado de aproximadamente R$ 599,7 mil, igualmente distribuído em 84 parcelas. Sua composição indica cerca de R$ 253 mil de imposto, R$ 189,8 mil de multa e R$ 156,9 mil de juros, mantendo a mesma lógica de elevada participação de encargos sobre o principal.

A prestação mensal de referência gira em torno de R$ 7,1 mil, com atualização para aproximadamente R$ 7,6 mil nas parcelas futuras. Já há parcela em atraso, o que sinaliza pressão de liquidez e potencial elevação do custo efetivo do acordo em razão da incidência de juros de mora sobre a inadimplência pontual.

c) Parcelamento 241100396429 – ICMS fora do prazo – Inscrição 26.063.312-7:

Esse parcelamento abrange notificações fiscais classificadas como “fora do prazo”, com valor total de cerca de R$ 641,2 mil, distribuído em 60 parcelas entre 2024 e 2029. A estrutura do saldo revela aproximadamente R$ 304,8 mil de imposto, R$ 228,6 mil de multa e R$ 107,7 mil de juros, reforçando a presença significativa de encargos sobre o débito original.

As parcelas-padrão são da ordem de R$ 10,7 mil. Contudo, em razão de atraso já registrado, parte das prestações aparece atualizada para cerca de R$ 12,5 mil, evidenciando a sensibilidade imediata da dívida a atrasos, ainda que pontuais, com aumento do valor futuro a pagar.

d) Parcelamento 251100182400 – ICMS multa e juros – Inscrição 26.063.312-7:

O quarto parcelamento é composto exclusivamente por multa e juros, sem principal de imposto, totalizando aproximadamente R$ 104,9 mil em 84 parcelas, também vinculado à mesma inscrição estadual. O acordo compreende R$ 91,7 mil de multa e R$ 13,1 mil de juros, ilustrando um passivo formado integralmente por encargos decorrentes de autuações pretéritas.

A prestação mensal de referência é da ordem de R$ 1,25 mil, evoluindo para cerca de R$ 1,36 mil com a atualização. Embora seu valor unitário seja menor, esse parcelamento se soma aos demais na composição do encargo fiscal recorrente.

Em síntese, o conjunto desses quatro acordos consolida um passivo tributário estadual superior a R$ 4,7 milhões, com elevada participação de multas e juros, prazos alongados até o período de 2029 a 2032 e fluxo mensal de prestações já rigidamente definido. Parte desse passivo está alocada no circulante e parte no não circulante, conforme evidencia o balancete de fevereiro de 2026.

Impacto Mensal no Fluxo de Caixa e Leitura Econômica

Do ponto de vista financeiro, a soma das prestações dos quatro parcelamentos de ICMS gera um desembolso mensal consolidado na faixa de R$ 60 mil a R$ 70 mil, considerados o valor-padrão das parcelas e os acréscimos decorrentes de eventuais atrasos. Trata-se de um encargo fixo relevante em relação ao atual nível de faturamento e à geração de caixa da Recuperanda. Esse fluxo contratualizado projeta-se ao longo de praticamente toda a fase de recuperação judicial, estabelecendo compromisso de longo prazo com o fisco estadual e reduzindo o espaço para a formação de colchão de liquidez ou para a amortização mais acelerada de outras dívidas financeiras.

Em uma leitura econômica integrada, o passivo tributário estadual revela, de um lado, a profundidade das autuações e dos atrasos ocorridos no período pré-crise, que geraram volume expressivo de multas e juros, e, de outro, um esforço atual de regularização por meio de parcelamentos longos, condição necessária para a preservação da regularidade fiscal e da continuidade das operações em um negócio fortemente orientado à exportação. Em um contexto de elevada alavancagem, predominância de passivo circulante e patrimônio líquido negativo, a manutenção adimplente desses acordos assume caráter estratégico: a perda de qualquer parcelamento, em razão de inadimplência reiterada, pode reclassificar saldos relevantes para exigibilidade imediata, reforçar o risco de liquidez e comprometer tanto a obtenção de certidões quanto a relação com bancos e grandes clientes.

Quadro Resumo

PARCELAMENTO	VALOR TOTAL	COMPOSIÇÃO	PARCELAS	PRAZO	SITUAÇÃO OPERACIONAL
251100182396 (ICMS/Rec. Judicial)	R$ 3.439.466,65	R$ 1.309.481,66 / R$ 1.266.298,00 / R$ 863.686,99	84 mensais	2025–2032	**Parcelas quitadas até ago/2025. Futuras incidindo acréscimos. Cerca de 28% de encargos por parcela.**
251100343110 (ICMS/Rec. Judicial)	R$ 599.734,44	R$ 253.057,95 / R$ 189.793,36 / R$ 156.883,13	84 mensais	2025–2032	**Primeira parcela quitada, demais vencendo. Encargos representam até 42% do valor mensal.**
241100396429 (ICMS/Fora do Prazo)	R$ 641.198,59	R$ 304.845,08 / R$ 228.633,80 / R$ 107.719,71	60 mensais	2024–2029	**Parcelas quitadas até outubro/2025, próximas ajustadas com acréscimos.**
251100182400 (ICMS/Multa e Juros)	R$ 104.854,42	R$ 0,00 / R$ 91.704,06 / R$ 13.150,36	84 mensais	2025–2032	**Parcelas quitadas até outubro/2025. Parcela padrão de R$ 1.248,27, toda composta por multa e juros. Acordo originado sem imposto principal.**

Diagnóstico Operacional

- Os parcelamentos totalizam mais de R$ 4,8 milhões, dos quais mais de metade corresponde a multas e juros — um indicativo de problemas fiscais e autuações do passado.

- O valor mensal comprometido com passivos tributários ultrapassa R$ 70 mil, pressionando fortemente o fluxo de caixa e dificultando recomposição de capital, renegociação bancária e implementação de novos projetos.

Até o momento, não há parcelas em atraso, o que mantém a regularidade fiscal e protege a empresa de sanções adicionais, mas as obrigações futuras são pesadas e não permitem margem para atrasos ou renegociações.

11 Passivo Extraconcursal

Composição por Moeda

O passivo extraconcursal corresponde às dívidas não sujeitas aos efeitos da recuperação judicial, concentradas em operações financeiras com bancos e cooperativas de crédito, totalizando aproximadamente R$ 5.645.234,98 em moeda nacional e USD 5.898.985,19 em moeda estrangeira, conforme a relação nominal de credores não sujeitos.

Essa estrutura evidencia a predominância de obrigações em dólares, associadas a ACCs, complementadas por financiamentos e antecipações em reais. Em conjunto, esses compromissos formam um bloco relevante de passivos que permanece integralmente exigível fora do âmbito do plano de recuperação.

Composição por Natureza do Crédito

A seguir, resumo por natureza de crédito, conforme a relação de credores não sujeitos:

NATUREZA DO CRÉDITO	VALOR APROXIMADO
ACC – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (vários bancos)	USD 5.898.985,19
AF – Antecipação / capital de giro (Daycoval, BB, Safra, Unicred)	R$ 5.431.740,58
FINAME (Banrisul)	R$ 213.494,40
TOTAL	**R$ 5.645.234,98 + USD 5.898.985,19**

Os ACCs concentram todo o saldo em moeda estrangeira, distribuído entre Banco do Brasil, Banrisul, Caixa, Itaú, Santander, Luso, Sofisa e outras instituições. Por sua vez, as AFs e o FINAME respondem pela totalidade do passivo extraconcursal em reais, com destaque para a Unicred (R$ 3.316.281,30), o Banco Safra (R$ 1.990.588,00) e o Daycoval (R$ 110.877,88).

Principais Credores

A relação de credores não sujeitos evidencia concentração do passivo extraconcursal em poucos grupos financeiros, conforme quadro abaixo:

MÊS DE 2025	RESULTADO LÍQUIDO (R$)	ACUMULADO (R$)
Banco do Brasil – ACC (diversos contratos)	ACC	USD 3.442.932,33
Caixa Econômica Federal – ACC	ACC	USD 1.076.601,18
Itaú Unibanco – ACC	ACC	USD 1.634.393,09
Banrisul – ACC	ACC	USD 603.339,68
Banco Alfa – ACC	ACC	USD 398.540,89
Banco Sofisa – ACC	ACC	USD 214.041,10
Banco Santander – ACC	ACC	USD 163.530,00

Banco Luso Brasileiro – ACC	ACC	USD 307.150,68
Unicred União – AF	AF	R$ 3.316.281,30
Banco Safra – AF	AF	R$ 1.990.588,00
Banco Daycoval – AF	AF	R$ 110.877,88
Banco do Brasil – AF	AF	R$ 13.993,40
Banrisul – FINAME	FINAME	R$ 213.494,40
	TOTAL GERAL	**R$ 5.645.234,98 + USD 5.898.985,19**

Do ponto de vista técnico, esses créditos mantêm natureza extraconcursal, com preferência de pagamento e possibilidade de execução direta em caso de inadimplência, independentemente do processamento da recuperação judicial. Isso confere a esses credores relevante poder de pressão sobre o fluxo de caixa.

Vencimentos e Risco de Liquidez

Os ACCs apresentam vencimentos distribuídos entre 2024, 2025 e 2026, com valores unitários expressivos, incluindo diversos contratos superiores a USD 300 mil, o que demanda rolagem contínua ou liquidação com base em novas exportações para evitar descasamentos entre recebimentos e obrigações em moeda estrangeira.

As operações de AF em reais, especialmente junto à Unicred e ao Banco Safra, assim como os contratos de FINAME com o Banrisul, possuem cronogramas de amortização que se estendem pelo médio prazo, mas permanecem fora do escopo da recuperação judicial. Dessa forma, eventual atraso pode ensejar vencimento antecipado, execução de garantias e bloqueios judiciais de recebíveis.

Em um contexto no qual o balancete de fevereiro de 2026 já registra passivo circulante elevado, forte peso de empréstimos e financiamentos e patrimônio líquido negativo, esses vencimentos extraconcursais ampliam o risco de liquidez, exigindo coordenação rigorosa entre fluxo de caixa operacional, gestão cambial e negociação bancária.

Diagnóstico Operacional e Riscos

Sob a perspectiva econômica e operacional, o passivo extraconcursal constitui um dos principais vetores de risco da Recuperanda. A combinação de elevado volume de ACCs dolarizados com exposições relevantes em AF e FINAME em reais aumenta a sensibilidade do negócio a choques cambiais, de juros e de faturamento externo.

Qualquer ruptura na rolagem de ACCs ou na renovação de linhas de capital de giro pode se traduzir na exigência de liquidação imediata de saldos significativos, em um ambiente de alto endividamento bancário e capital próprio negativo, com potencial para desencadear uma crise aguda de liquidez fora da esfera de proteção do juízo recuperacional.

Nesse cenário, a gestão ativa desse bloco de dívidas, incluindo renegociações, alongamento de prazos, revisão de garantias e alinhamento do perfil dos ACCs ao fluxo real de exportações, constitui condição central para evitar medidas constritivas por parte dos credores extraconcursais e para sustentar a viabilidade do plano de recuperação no horizonte de médio prazo.

12. Débitos Fiscais Federais

Situação Cadastral e Certidão

A matriz encontra-se ativa no CNPJ 82.767.641/0001-30, na condição de sociedade anônima fechada, estabelecida em Campo Alegre/SC, com CNAE de fabricação de móveis de madeira e em situação formalmente regular perante a Receita Federal e a PGFN, à vista da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN) emitida em 16/01/2026, com validade até 15/07/2026.

Essa CPEN evidencia a existência de débitos e litígios fiscais, porém com exigibilidade suspensa, em razão de parcelamentos e de processos administrativos e judiciais. Desse modo, a regularidade depende da manutenção dessas condições. Eventual rescisão de parcelamento ou decisão desfavorável sem nova causa suspensiva pode impedir a renovação da certidão e restringir contratações e operações de crédito.

Processos fiscais na Receita Federal (SIEF))

Há dois blocos principais de processos federais: i) processos com exigibilidade suspensa; e ii) processos classificados como “devedor em julgamento de recurso (crédito)”, relacionados a autos de infração e glosas ainda em discussão.

No grupo de exigibilidade suspensa, destacam-se o processo 10200.722.723/2022-84, referente à revisão de lançamento; o processo 10909.004.585/2009-11, vinculado a medida judicial com validade de análise até 04/12/2026; e o processo 11516.722.923/2019-41, em julgamento de recurso voluntário no CARF.

No bloco classificado como “devedor em julgamento de recurso (crédito)”, aparecem diversos processos iniciados em 2018, especialmente da série 10920.721.23x e 10920.721.34x, em tramitação na DRF de Joinville/SC como contencioso de créditos tributários. A depender do desfecho, esses processos podem tanto gerar passivo adicional quanto resultar em créditos compensáveis.

Do ponto de vista técnico, esses processos representam passivos contingentes de natureza relevante. Decisões desfavoráveis podem elevar de forma significativa o montante de tributos, multas e juros passíveis de reconhecimento no passivo tributário federal, pressionando uma estrutura de endividamento já alavancada. Por outro lado, decisões favoráveis podem reduzir o passivo ou gerar créditos a recuperar, reforçando, ainda que de forma não imediata, a posição de capital de giro.

Parcelamentos na Receita Federal (SIEFPAR)

O relatório de situação fiscal indica a existência de sete parcelamentos federais com parcelas em atraso, distribuídos entre as modalidades Simplificado/Ordinário, Simplificado e Autorregularização Incentivada (IIb). Em cada acordo, há dois pagamentos vencidos, totalizando valor em atraso de aproximadamente R$ 177 mil, conforme o quadro a seguir.

TIPO DE PARCELAMENTO	Nº DO PARCELAMENTO	PARCELAS	VALOR EM ATRASO
Simplificado/Ordinário	0009.08212.0005754154.21-45	2	R$ 31.446,76
Simplificado/Ordinário	0009.08212.0021804122.21-26	2	R$ 11.220,24
Simplificado/Ordinário	0009.08212.0024552532.21-30	2	R$ 6.730,12
Simplificado	0211.00012.0078323975.24-54	2	R$ 15.163,74
Simplificado	0211.00012.0085217365.24-92	2	R$ 15.209,48
Simplificado	0211.00012.0113311058.25-20	2	R$ 1.075,10
Autorregularização Incentivada (IIb)	0246.00011.0000248634.24-06	2	R$ 96.708,44
		TOTAL	**R$ 177.553,88**

Há ainda pelo menos um parcelamento simplificado com exigibilidade suspensa, no valor de R$ 83.141,49, sem parcelas em atraso na data do relatório, que permanece equacionado enquanto não houver inadimplência, compondo um bloco de passivos federais formalmente suspensos, porém com risco de reclassificação imediata em caso de atraso futuro.

À luz do balancete de fevereiro de 2026, o grupo “obrigações tributárias”, no passivo circulante, soma aproximadamente R$ 1,40 milhão, equivalente a 1,70% do passivo total, ao passo que “impostos parcelados” representam cerca de R$ 1,10 milhão no curto prazo e R$ 1,96 milhão no longo prazo, reforçando o peso dos parcelamentos fiscais na estrutura de dívidas, ainda que em patamar inferior ao dos empréstimos bancários.

Inscrições em Dívida Ativa da União (PGFN)

Constam do histórico recente 12 inscrições em Dívida Ativa da União, todas em situação “ATIVA – A SER COBRADA”, vinculadas à matriz, abrangendo principalmente contribuições sociais e parafiscais (cotas patronais, aposentadoria especial, salário-educação, INCRA e Sistema S — SENAI, SESI e SEBRAE), consolidadas em poucos processos após fiscalização. Apesar disso, o relatório de situação fiscal de 16/03/2026 informa que, na data da consulta, não há pendências ou exigibilidades suspensas registradas nos controles da PGFN para fins de certidão, o que indica que tais inscrições se encontram com exigibilidade suspensa ou sob arranjo de equacionamento suficiente para fins de regularidade formal.

Do ponto de vista financeiro, a existência de múltiplas inscrições ativas, ainda que atualmente sem bloqueio formal, representa risco latente de execução fiscal, penhora de contas e constrição de recebíveis, sobretudo se ocorrer inadimplência nos parcelamentos ou desfechos desfavoráveis nos processos administrativos, o que poderia comprometer rapidamente a liquidez, já pressionada por passivos bancários e extraconcursais.

Leitura Financeira e Econômica Integrada

Em termos de fluxo de caixa, os parcelamentos federais impactam a empresa em duas frentes.

A primeira é um compromisso mensal contínuo — não explicitado nominalmente no balancete, mas compatível com o volume de “impostos parcelados” de curto e longo prazo — que reduz a folga de capital de giro.

A segunda é um risco imediato de elevação abrupta das saídas de caixa em caso de rescisão de acordos, dado o estoque de principal, multas e juros associado.

Combinados com os parcelamentos estaduais de ICMS, que já consomem cerca de R$ 60–70 mil mensais, e com a elevada alavancagem bancária, com empréstimos e financiamentos representando quase metade do passivo circulante, os débitos federais estruturam um cenário em que a disciplina fiscal rigorosa é condição necessária para evitar perda da CPEN, restrição de crédito e travamento de operações que dependem de regularidade com o Fisco.

Do ponto de vista econômico, os débitos fiscais federais espelham um histórico de insuficiência estrutural de geração de caixa frente à carga tributária e à estrutura de custos, típica de empresa com margens comprimidas, alto peso de encargos sobre a folha e histórico de autuações relevantes, que geraram volumes expressivos de multas, juros e litígios.

Débitos Fiscais Federais

Em uma companhia que já encerrou 2025 com patrimônio líquido negativo e mantém, em fevereiro de 2026, passivo circulante superior a 90% do passivo total, os passivos fiscais federais — ainda que, em termos absolutos, menores que a dívida bancária — funcionam como um vetor de risco assimétrico.

Eventuais agravamentos, como a rescisão de parcelamentos, decisões desfavoráveis em processos ou perda temporária da CPEN, podem produzir impacto desproporcional sobre a continuidade operacional, inclusive por bloquear a capacidade de contratar, exportar ou financiar capital de giro em condições mínimas de mercado.

13 Visita Técnica

A seguir fotos da visita técnica da Administração Judicial em **26/03/2026:**

14 Considerações Finais

As informações analisadas demonstram que a Recuperanda permanece em atividade, porém ainda enfrenta um cenário delicado sob os pontos de vista financeiro, operacional e fiscal. Embora se observe a continuidade das operações, a empresa segue submetida a forte pressão de caixa, elevada dependência de capital de terceiros e necessidade permanente de controle rigoroso de suas obrigações para manter a regularidade de suas atividades.

No aspecto operacional, nota-se a consolidação da unidade de Campo Alegre/SC como principal centro produtivo da empresa, enquanto a unidade de Caçador/SC vem perdendo relevância ao longo dos últimos meses. Esse movimento revela uma tentativa de concentrar esforços, reduzir custos e tornar a operação mais eficiente. Ainda assim, essa centralização também aumenta a dependência de um único polo industrial, o que exige cautela diante de eventual aumento de demanda ou de intercorrências na produção.

Sob a ótica econômica, os dados mostram que a empresa ainda opera com limitações importantes. O patrimônio líquido permanece negativo, a liquidez imediata é reduzida e parte relevante dos ativos está concentrada em estoques, créditos tributários, contas a receber e imobilizado, isto é, em elementos que não se convertem rapidamente em caixa. Em termos práticos, isso significa que, apesar de haver estrutura patrimonial relevante, a disponibilidade financeira de curto prazo segue restrita.

Considerações Finais

Também chama atenção o peso do endividamento de curto prazo, somado aos compromissos bancários, aos passivos extraconcursais e aos parcelamentos tributários estaduais e federais. Esse conjunto impõe à Recuperanda a necessidade de manter disciplina constante na gestão do fluxo de caixa, pois qualquer inadimplemento pode gerar reflexos imediatos sobre sua operação, sua regularidade fiscal e sua capacidade de manter relações estáveis com instituições financeiras, fornecedores e clientes.

Apesar desse quadro, o relatório também revela alguns sinais de esforço de reorganização. A redução da estrutura de pessoal, a concentração produtiva, o ajuste operacional e a leve melhora observada em fevereiro de 2026, quando comparado ao mês anterior, demonstram tentativa concreta de adaptação à realidade atual da empresa. Ainda que tais movimentos não sejam suficientes, por ora, para afastar o desequilíbrio patrimonial e financeiro acumulado, indicam uma busca por maior estabilidade operacional e por preservação da atividade empresarial.

Em conclusão, verifica-se que a Recuperanda segue em funcionamento e vem promovendo medidas de adequação compatíveis com o momento que atravessa. Contudo, o cenário ainda inspira atenção, especialmente em razão da restrição de liquidez, da concentração operacional e do elevado comprometimento financeiro de curto prazo. Caberá, portanto, o acompanhamento contínuo da evolução de suas atividades, da sua capacidade de geração de caixa e do cumprimento das obrigações assumidas, a fim de verificar, com maior segurança, a efetiva viabilidade do processo de soerguimento empresarial.

RECUPERE

Instituto de Recuperação
Judicial e Falências

R. Colon, nº 1200 | Bairro Gloria | Joinville-SC
contato@recupereadmjudicial.com.br